

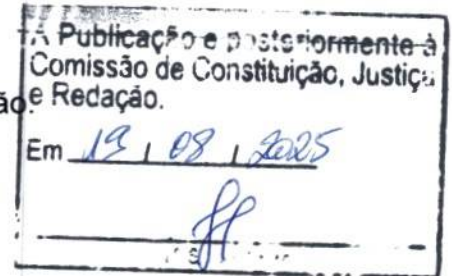


Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Atletas e Desportistas de Aragominas Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Atletas e Desportistas de Aragominas Tocantins, com sede no Município de Aragominas – TO.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo declarar como de Utilidade Pública Estadual a Associação de Atletas e Desportistas de Aragominas Tocantins, com sede na cidade de Aragominas. A associação tem como finalidade prestar apoio e orientação social por meio da promoção de práticas esportivas.

Para isso, desenvolve atividades voltadas à garantia de materiais esportivos, transporte e acompanhamento dos atletas. Além disso, busca fomentar iniciativas de caráter social, cultural, sindical e educacional, promovendo a participação de famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade.

Diante da nobreza das atividades dessa associação e do poder real de transformar e melhorar a qualidade de vida das pessoas que realmente precisam, solicita-se o apoio dos nobres parlamentares pela sua aprovação, declarando-a de Utilidade Pública Estadual.

Sala das Sessões, aos 05 dias do mês de agosto de 2025.

GUTIERRES TORQUATO
Deputado Estadual





Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins de Palmas - TO
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento: **P0a52bc4763ada837f678baf7405bf3a2K14358**

Tipo de Proposição: **Projeto de Lei da Casa**

Autor: **GUTIERRES TORQUATO**

Enviada por: **Gutierres Torquato**
(dep.gutierres.torquato)

Descrição: **Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Atletas e Desportistas de Aragominas Tocantins.**

Data de Envio: **04/08/2025 13:56:50**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

GUTIERRES TORQUATO



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE ATLETAS E DESPORTISTAS DE ARAGOMINAS TOCANTINS



CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA

Art. 1º A Associação passa a ser denominada de: ASSOCIAÇÃO DE ATLETAS E DESPORTISTAS DE ARAGOMINAS TOCANTINS (AADAT), constituída como pessoa jurídica de direito privado, na forma de sociedade civil de **finals não lucrativos**, fundada em 10 de Fevereiro de 2023, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

CAPÍTULO II - DOS FUNDADORES

Art. 2º Os fundadores da presente Associação são:

- **Jose Mendes de Paula**, brasileiro, casado, técnico em vulcanização, inscrito no CPF sob nº 011.185.207-26, residente e domiciliado na Rua Rosalândia 016 centro na cidade de Aragominas Tocantins CEP 77845000;

Autenticação
no Verso

CAPÍTULO II - DA SEDE

Art. 2º A Associação está sediada na Cidade de **Aragominas-TO**, estado do Tocantins, na Rua Rosalândia 016 centro, CEP: 77.845-000.

CAPÍTULO III - DA FINALIDADE

Art. 3º A Associação tem por finalidade prestar apoio e orientação social por meio do oferecimento de práticas esportivas, o que consistirá principalmente em:



CARTÓRIO DE ARAGOMINAS
Rachel Barbosa Lopes Cavalcante Tirolo - Delegatária
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO, CEP 77845-000
registrocivilaragominas@hotmail.com (63) 3463-1244 / 38134-6886

AUTENTICAÇÃO

Nº SELO: 127688AAA082892-FCH
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/GISE/qr?](https://gise.tjto.jus.br/gise/qr?c=127688AAA082892&v=FCH)
c=127688AAA082892&v=FCH

COMPARE COM A ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU FÉ AUTENTICANDO-
NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 8938/94. ARAGOMINAS-TO, 14/03/2025
EMOL: R\$3,37 TPJ: R\$0,82 FUNC: R\$0,69 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$5,04

Ana Alina Santos Silva
ANA ALINA SANTOS SILVA - ESCRIVENTE



DIRLEG-AL
Fls. 05
[Signature]

- I - Apoiar financeiramente com material utilizado na pratica esportiva;
- II - Auxiliar no transporte dos atletas;
- III - Prestar orientações aos atletas;
- IV - Prestar auxílio ao desenvolvimento social dos atletas;
- V - Representar e defender os interesses socioprofissionais dos seus associados;
- VI - Atuar ativamente, na forma da lei, pela melhoria das condições da pratica esportiva de seus associados;
- VII - Fomentar iniciativas conducentes à valorização social, cultural e sindical dos seus associados.
- VIII - Desempenhar trabalho social no município de Aragominas-TO, bem como distribuições de cestas básicas, auxílios aos mais necessitados.
- IX - Desenvolver políticas públicas e realizar atendimento familiar, indivíduos e grupos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal
- X- Realizar atividades educacionais e culturais no âmbito municipal.
- XI - Atividade de Apoio à Agricultura e pecuária, apoio a preparação de terreno, cultivo e colheita.
- XII - Atividades de Apoio a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente, Artes, Festas e Eventos Culturais do Município de Aragominas.

Art. 4º Para fins de efetivar tais objetivos a associação poderá efetivar trabalhos artísticos, de ensino pesquisa e publicações, bem como participar na formação de pessoal técnico relacionados com seus fins, podendo ainda se organizar em tantas unidades de prestação de serviços, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão por regimentos internos específicos.

Art. 5º A Associação poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgão ou entidades, públicas ou privadas.

DIRLEG-AL
Fls. 2106



CARTÓRIO DE ARAGOMINAS
Rafael Barbosa Lopes Cavalcante Trevis - Delegatário
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO, CEP: 77815-000
registro: 127688AA082691-1
registro: 127688AA082691-1

AUTENTICAÇÃO

Nº SELO: 127688AA082691-WTS
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/Gise/](https://gise.tjto.jus.br/Gise/)
C=127688AA082691WTS
CONFERE COM A ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU POR AUTENTICANDO-
NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 6938/94. ARAGOMINAS-TO, 14/03/2025
EMOL: R\$8,37 TPJ: R\$0,92 PUNCI: R\$0,85 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$10,24

Ana Aline Santos Silva
ANA ALINE SANTOS SILVA - ESCRIVENTE



CAPÍTULO IV - DO PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 6º - Para fins de efetivar seus objetivos, o prazo de duração é de tempo indeterminado, conforme art. 46, I, do Código Civil/2002.

CAPÍTULO V - DO FUNDO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 7º Para fins de atingir suas finalidades, o fundo desta Associação será composto de:

- a) Doações, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, pessoas físicas ou jurídicas;
- b) Dotações ou subvenções eventuais, diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos Públicos da Administração direta e indireta;
- c) Valores recebidos de terceiros em pagamento de serviços ou produtos;
- d) Contribuição de seus associados.

Parágrafo único. As rendas da Associação somente poderão ser realizados para a manutenção de seus objetivos.

CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO

**Autenticação
no Verso**

Art. 8º A Associação será gerida e administrada por órgãos deliberativos e administrativos a Assembleia Geral. A Diretoria e o Conselho Fiscal.

Art. 9º. A Assembleia Geral, órgão soberano da entidade, será constituída por todos os sócios, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 10. São atribuições da Assembleia Geral:

- I - Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes;





CARTÓRIO DE ARAGOMINAS
Rachael Barbosa Lopes Cavalcante Tavares - Delegatária
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO, CEP 77845-000
registro@aragominas.to@gmail.com (63) 3403-1244/98134-6866

AUTENTICAÇÃO

Nº SELO: 127688AAA082890-MAH
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/Gise/qr?](https://gise.tjto.jus.br/Gise/qr?c=127688AAA082890&v=MAH)
C=127688AAA082890&v=MAH
CONFERE COM A ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU FÉ AUTENTICADA
NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 8935/94. ARAGOMINAS-TO, 14/03/2025
EMOL: R\$2,37 TPJ: R\$0,92 PUNC: R\$0,05 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$3,04

Ana Alina Santos Silva
ANA ALINA SANTOS SILVA - ESCRIVENTE



II - Elaborar e aprovar o Regimento Interno desta Associação;

III - Deliberar sobre o orçamento anual, dotação orçamentária e planejamento de atividades para a Associação, bem como sobre o programa de trabalho elaborado e o relatório apresentado pela Diretoria sobre as atividades referentes ao exercício social encerrado;

IV - Examinar o relatório da Diretoria e deliberar sobre o balanço e as contas, após parecer do Conselho Fiscal;

V - Deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes à Associação;

VI - Decidir sobre a reforma do presente Estatuto;

VIII - Autorizar a celebração de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas;

IX - decidir sobre a extinção da Associação e o destino do patrimônio.

Art. 11. A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente na primeira quinzena de janeiro de cada ano, quando convocada pelo seu presidente, por seu substituto legal ou ainda por no mínimo 1/3 de seus membros.

Art. 12. A Assembléia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada:

I - por seu Presidente;

II - pela Diretoria;

III - pelo Conselho Fiscal;

IV - por 1/3 de seus membros.



Art. 13. A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será feita mediante edital.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

II - Elaborar e apresentar a Assembleia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados da exercício findo;

Grant

III - Elaborar o orçamento da receita e despesas para o exercício seguinte;

IV - Atuar ativamente com instituições públicas e privadas, tanto no País como no exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum.

Art. 16. Compete ao Presidente:

I - Representar a Associação judicial e extrajudicialmente;

II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os demais regimentos internos;

III - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IV - Dirigir e supervisionar todas as atividades da Associação;

Art. 17 Compete ao Vice-Presidente:

I - Secretariar em conjunto com o 1º Secretário as reuniões das Assembléias Gerais e da Diretoria e redigir atas;

II - Substituir as atribuições do Presidente na sua ausência;

Art. 18 Compete ao 1º Secretário:

Autenticação
no Verso

I - Secretariar as reuniões das Assembléias Gerais e da Diretoria e redigir atas;

II - Organizar os controles, arquivos e atividades da secretaria, com os respectivos livros e correspondências.

Art. 19 Compete ao 2º Secretário colaborar com o 1º Secretário, bem como substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 20 Compete ao 1º Tesoureiro:

I - Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CARTÓRIO DE ARAGOMINAS

Rachol Barbosa Lopes Cavalcante Tirolo - Delegatária
Rua São Paulo, n. 44, centro, Arago Minas - TO, CEP 77645-000
registrocivilaragominas@hotmail.com (03) 3463-1344, 3463-6866



AUTENTICAÇÃO

Nº SELO: 127688AAA082887-UTN

CONSULTE EM: [HTTPS://GISS.TJTO.JUS.BR/giss/q?](https://giss.tjto.jus.br/giss/q?c=127688AAA082887&v=UTN)

C=127688AAA082887&v=UTN

CONFERE COM A ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU FÉ AUTENTICANDO

NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LBI 8935/94. ARAGOMINAS-TO, 14/03/2023

EMOL: R\$3,37 TPJ: R\$0,82 FUNC: R\$0,65 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$5,04


ANA ALINA SANTOS SILVA - ESCRIVENTELuiz Gonzaga Clímaco Neto
Notário/Registrador

efetuados à Associação, mantendo em dia a escrituração:

II - Controlar e efetuar os pagamentos de todas as obrigações da Associação;

III - Acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade da Associação,

contratados com profissionais habilitados, garantindo que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;

IV - Manter atualizadas e apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que solicitadas;

V - Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;

VI - Apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho

Fiscal;

VII - Publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;

VIII - Elaborar, com base no orçamento realizado no exercício, a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembleia Geral;

IX - Manter todo o numerário em estabelecido de crédito;

X - Conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;

XI - Assinar, em conjunto com o Presidente, todos os cheques e obrigações assumidos pela Associação.

Art. 21. Compete ao 2º Tesoureiro colaborar com o 1º Tesoureiro, bem como substituí-lo em suas faltas e impedimentos.

Art. 22. O Conselho Fiscal será constituído por (03) pessoas de reconhecida idoneidade e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, permitida apenas uma recondução.

Parágrafo único. O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

Art. 23. Ocorrendo vaga em qualquer cargo do titular do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para qual foi eleito.

Art. 24. Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para o qual foi eleito.



Autenticação
no Verso

DIRLEG-AL

Fis. 14

14



CARTÓRIO DE ARAGOMINAS

Rachael Barbosa Lopes Cavalcante Tinto - Delegatária
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO, CEP 77645-000
registro@aragominas.to@hotmail.com (63) 3463-1244 / 3134-6960

AUTENTICAÇÃO

Nº SELO: 127688AAA082886-W5X

CONSULTE EM: [HTTPS://GISEE.TJTO.JUS.BR/Gisee/qr7](https://gisee.tjto.jus.br/Gisee/qr7)

C=127688AAA082886W=WSX

CONFERE COM A ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU PÉ AUTENTICANDO

NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 8935/94. ARAGOMINAS-TO, 14/03/2024

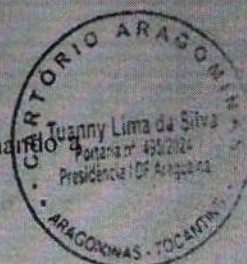
EMOL: R\$2,27 TPJ: R\$0,92 FUNC: R\$0,68 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$3,97

Ana Aline Santos Silva
ANA ALINE SANTOS SILVA - ESCRIVENTE



Art. 25. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Examinar os documentos e livros de escrituração da entidade;
- II - Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando
respeito;
- III - Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da
Diretoria;
- IV - Opinar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à
Associação.



Parágrafo único. O Conselho Fiscal reunir-se-á a cada seis (6) meses e extraordinariamente, sempre que necessário.

**Autenticação
no Verso**

CAPÍTULO VI - DA ADMISSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 26. A admissão na Associação dar-se-á mediante pedido de inscrição, em modelo próprio, apresentado à Direção, que o apreciará e sobre ele decidirá no prazo de 15 dias.

CAPÍTULO VII - DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS

Art. 27. São direitos dos associados:

- I - Participar em toda a atividade da Associação;
- II - Eleger e ser eleito para membro dos Órgãos da Associação;
- III - Candidatar-se a membro dos Órgãos da Associação desde que se encontre no pleno gozo dos seus direitos;
- IV - Beneficiar de todos os serviços direta ou indiretamente prestados à Associação;
- V - Recorrer para a Comissão de Recursos das sanções aplicadas pela Direção;
- VI - Exigir dos Órgãos gerentes da Associação o esclarecimento sobre a sua atividade, nos termos previstos nestes estatutos;
- VII - Examinar na sede da Associação todos os documentos de contabilidade e

DIRLEG-AL
16
[Signature]

CARTÓRIO DE ARAGOMINAS
Rachael Barbosa Lopes Cavalcante Tinto - Delegatária
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO, CEP 77845-000
registro@aragominas.to.br (63) 3463-1244 (011) 34-6868

AUTENTICAÇÃO
Nº SELO: 127688AAA082885-YSP
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/gise/qr?](https://gise.tjto.jus.br/gise/qr?c=127688AAA082885&v=YSP)
C=127688AAA082885&v=YSP
CONFERE COM A ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU FÉ AUTENTICANDO-
NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 8938/94. ARAGOMINAS-TO, 14/03/2021
EMOL: R\$3,37 TPJ: R\$0,82 PUNC: R\$0,68 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$5,04

Ana Aline Santos Silva
ANA ALINE SANTOS SILVA - ESCRIVENTE

ARAGOMINAS
Luiz Gonzaga Clímaco Neto
Notário/Registrador
ARAGOMINAS - TOCANTINS



as atas das reuniões dos Órgãos da Associação nos 15 dias que precedem qualquer sessão ordinária da Assembleia-Geral;

VIII - Deixar de ser sócio, mediante prévia comunicação escrita à Direção da Associação;

IX - Apresentar Estudos, Pareceres ou outros contributos que julguem ser do interesse coletivo;

X - Requerer a convocação da Assembleia Geral nos termos previstos nos presentes Estatutos;

XI - Destituir os órgãos da Associação nas condições fixadas nos presentes Estatutos.



CAPÍTULO VIII - DOS DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 28. São deveres dos associados:

I - Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia-Geral, o estabelecido nestes estatutos e nos regulamentos internos que vierem a ser aprovados;

II - Participar nas atividades da Associação;

III - Agir solidariamente na defesa dos interesses coletivos dos associados;

IV - Comunicar à Associação, no prazo de 20 dias consecutivos, qualquer alteração da sua situação profissional, nomeadamente que impliquem mudança de local de trabalho ou categoria profissional;

V - Pagar as quotas mensais ou outras contribuições estabelecidas com vista à concessão de benefícios aos associados;

VI - Fornecer à Direção da Associação as informações sindicais, técnicas e sociais que forem solicitadas para a realização de quaisquer estudos considerados necessários pelos seus membros;

VII - Difundir as ideias, os objetivos e publicações da Associação, com vista ao alargamento da sua influência unitária;

VIII - Não participar em organizações que visem a institucionalização de estruturas paralelas;

IX - Desenvolver a sua educação sindical, profissional e cultural, bem como a dos demais trabalhadores;

X - Alertar a Direção da Associação para todos os casos de violação da legislação

Autenticação
no Verso

CARTÓRIO DE ARAGOMINAS
Rochel Barbosa Lopes Cavalcante, Titulo - Delegatária
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO, CEP 77845-000
registro@aragominas.to (031) 3463-1244/98134-6860

AUTENTICAÇÃO

Nº SELO: 127688AAA082884-TPF
CONSULTE EM: [HTTPS://GISEE.TJTO.JUS.BR/GISEE/qr?](https://gisee.tjto.jus.br/gisee/qr?c=127688AAA082884&v=TPF)
c=127688AAA082884&v=TPF
CONFERE COM A ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU PÉ AUTENTICANDO:
NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 8938/94. ARAGOMINAS-TO, 14/09/2024
EMOL: R\$3,37 TPF: R\$0,92 PUNC: R\$0,65 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$5,04

Ana Luísa Santos Silva
ANA LUISA SANTOS SILVA - ESCRIVENTE



do trabalho de que tenham conhecimento.

CAPÍTULO IX - DA EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 29. Perdem a qualidade de Associados por Exclusão aqueles que:

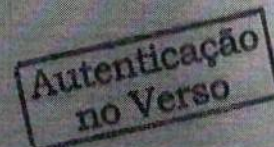
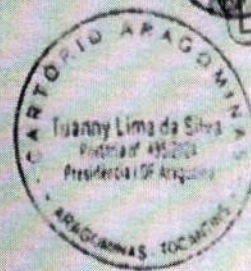
- I - Não cumpram, de forma injustificada, os deveres previstos no Art.º 10º dos presentes Estatutos;
- II - Não efetuarem o pagamento da quota mensal no máximo de 3 meses durante o período de um ano civil;
- III - Se depois de avisados, por escrito, não efetuarem o pagamento das quotas mensais em dívida no prazo de dois mês após o aviso e durante este último período, os seus direitos serão suspensos;
- IV - Pratiquem atos lesivos dos interesses e direitos dos demais associados;
- V - Pratiquem atos lesivos dos interesses e direitos da Associação;
- VI - Forem punidos com a pena de expulsão.
- VII - Perdem a qualidade de Associados por Demissão aqueles que voluntariamente se retirarem, desde que comunicado por escrito à Direção.

Parágrafo Único: A readmissão de um Associado processar-se-á após liquidação dos débitos à Associação à data da perda da qualidade de associado, após ter obtido parecer favorável da Comissão de Recursos para a sua readmissão.

Art. 30. A prática de quaisquer dos atos que resulta na perda da qualidade de associado será notificado por escrito sendo submetido a processo administrativo no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório, através de defesa escrita apresentada pelo associado no prazo de 10 dias, findo o prazo a diretoria decidirá sobre o assunto cabendo recurso a Assembleia Geral na qual esta terá 30 dias para deliberar sobre a exclusão do referido associado.

CAPÍTULO X - DO REGIME ELEITORAL

Art. 31. A Assembleia-Geral Eleitoral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.





CARTÓRIO DE ARAGOMINAS
Praceta Barão de Lages Cavalcante Torres - Urubitinga
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO, CEP: 77545-000
registrocartorariagominas@hotmail.com (03) 3451-1244/0134-8888

AUTENTICAÇÃO

Nº SELO: 127688AAA082883-RWM
CONSULTE EM: [HTTPS://Q188.TJTO.JUS.BR/G188/QR7](https://q188.tjto.jus.br/g188/qr7)
C=127688AAA082883&V=RWM
CONFERE COM A ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU FE AUTENTICANDO
NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 5935/94, ARAGOMINAS-TO, 14/03/2024
EMOL: R\$3,27 TPJ: R\$0,93 PUNC: R\$0,65 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$4,95


ANA ALISE SANTOS SILVA - ESCRIVENTE





CARTÓRIO ARAGONINA
Luliz Gonzaga Clímaco Neto
Notário/Registrador
ARAGOMINAS - TOCANTINS

Art. 32. A Mesa da Assembleia-Geral Eleitoral é constituída pelo Presidente da Mesa da Assembleia, pelo Vice-Presidente da Mesa da Assembleia e por um membro por cada Lista Candidata ao Órgão ou Órgãos da Associação.

Art. 33. Poderão candidatar-se como membros aos Órgãos gerentes da Associação os associados que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos e cada associado só podem candidatar-se numa Lista de Candidatura.

Art. 34. A Assembleia-Geral Eleitoral reunirá de quatro em quatro anos quando haja término de mandato dos membros da Administração da Associação:

Art. 35 - A apresentação das candidaturas far-se-á mediante a entrega à Mesa da Assembleia-Geral ou à Comissão de Gestão, até 30 dias consecutivos da data do ato eleitoral, das listas com a identidade dos membros a eleger e respetivos cargos, acompanhadas de um termo individual ou coletivo de aceitação de candidaturas, bem como dos respetivos programas de ação e da designação dos respetivos representantes à Comissão Eleitoral.

Art. 36. A Comissão Eleitoral é composta por um representante de cada lista concorrente e é presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia-Geral.

Art. 37 Compete à Comissão Eleitoral:

- I - Verificar as condições de elegibilidade dos candidatos;
- II - Receber, até oito dias consecutivos após a sua tomada de posse, todas as reclamações relacionadas com as listas de candidaturas;
- III - Deliberar, no prazo de 48 horas, sobre todas as reclamações recebidas;
- IV - Proclamar a aceitação definitiva das candidaturas e comunicar a mesma à Mesa da Assembleia-Geral Eleitoral;
- V - Fiscalizar todo o processo eleitoral;
- VI - Deliberar sobre qualquer recurso interposto, até quatro dias consecutivos após o ato eleitoral, no prazo de 48 horas;
- VIII - Fazer a contagem dos votos e informar a Mesa da Assembleia-Geral Eleitoral dos resultados da votação;
- IX - Proceder à divulgação dos resultados provisórios, até vinte e quatro horas

Autenticação
no Verso

CARTÓRIO DE ARAGOMINAS

Rua Prof. Barbosa Lyra, 150 - Vila Santa Helena - Araguaína - TO
RUA 150, FUND. N. 44, CEP: 77045-000
registro@aragominas.to.br (63) 3472-1244 (0800) 124-0800

AUTENTICAÇÃO

Nº SELO: 127688AAA082882-KV3

CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/GISE/QR?](https://gise.tjto.jus.br/gise/qr?c=127688AAA082882KV3)

C=127688AAA082882KV3

CONFERE COM A ORIGINAL A NIM APRESENTADO E DOU FÉ AUTENTICANDO-
NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 8935/94. ARAGOMINAS-TO, 14/03/2021

EMOL: R\$3,37 TPJ: R\$0,92 FUNC: R\$0,65 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$5,04

[Signature]
ANA ALINE SANTOS SILVA - ESCRIVENTE



Luiz Gonzaga Climaco Neto
Notário/Registrador

após o encerramento das mesas de voto;

X - Proceder à divulgação dos resultados definitivos.



CAPÍTULO XI – DA DISSOLUÇÃO

Art. 38. A Assembleia Geral, poderá deliberar sobre a dissolução da entidade desde que seja convocada especialmente para este fim e mediante o voto favorável de pelo menos três quintos 3/5 dos associados com direito a voto.

Paragrafo único. Na Assembleia Geral que deliberar sobre a dissolução da entidade, será indicado o liquidante, o destino do patrimônio eventualmente existente e estabelecida a forma de processamento da mesma.

Art. 39. Caso a entidade por ocasião de sua dissolução, esteja qualificada nos termos da Lei 9.790 de 23 de Março de 1.999, o patrimônio social remanescente deverá necessariamente ser destinado para outra entidade qualificada nos termos da mesma, e como o mesmo objeto social.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40. Os sócios e dirigentes de Associação, não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

Art. 41. A Associação é composta por número ilimitado de sócios sem distinção hierárquica.

Art. 42. Os cargos dos órgãos de administração da Associação não são remunerados, seja a que título for, ficando expressamente vedado por parte de seus integrantes o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 43. Os funcionários que forem admitidos para prestarem serviços profissionais à Associação serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 44. O exercício financeiro da Associação coincidirá com o ano civil.

Art. 45. O orçamento da Associação será uno, anual e compreenderá todas as receitas e

Autenticação
no Verso



CARTÓRIO DE ARAGOMINAS

Rachel Barbosa Lopes Cavalcante Tinslo - Delegatária
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO, CEP 77845-000
registrocivilaragominas@hotmail.com (63) 3463-1244/wh134-8866

AUTENTICAÇÃO

Nº SELO: 127688AAA082881-SKX
CONSULTE EM: [HTTPS://GISEE.TJTO.JUS.BR/GISEE/QR?](https://gisee.tjto.jus.br/gisee/qr?c=127688AAA082881&v=SKX)
c=127688AAA082881&v=SKX

CONFERE COM A ORIGINAL A MIM APRESENTADO E DOU FÉ AUTENTICANDO-
NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 8938/94. ARAGOMINAS-TO, 14/07/2021
EMOL: R\$3,37 TPJ: R\$0,92 PUNC: R\$0,65 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$5,04 Notário

[Signature]
ANA ALINE SANTOS SILVA - ESCRIVENTE



despesas, compondo-se de estimativa de receita, discriminadas por dotações e discriminação analíticas das despesas de modo a evidenciar sua fixação para cada órgão, sub-órgão, projeto ou programa de trabalho.

Art. 46. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral, ficando eleito o foro da Comarca de Araguaína Tocantins, para sanar possíveis dúvidas.

O presente estatuto foi aprovado pela Assembleia geral realizada no dia 16 de fevereiro do ano de 2023, conforme ata que acompanha o presente.

Aragominas-Tocantins, 23 de fevereiro de 2024.



[Handwritten signature of José Mendes de Paula]

JOSÉ MENDES DE PAULA

CPF: 011.185.207-26

CARTÓRIO DE ARAGOMINAS
Rachel Barbosa Lopes Cavalcante Tiviss - Delegataria
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO CEP 77845-000
registroccuaragominas@hotmail.com (031) 3445-2014-6866

Nº SELO: 127688AAA070557-QJF, 127688AAA070558-
KUA, 127688AAA070559-MRV
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/GISEQR?](https://gise.tjto.jus.br/giseqr?C=127688AAA070557&V=QJF)
C=127688AAA070557&V=QJF
ARAGOMINAS-TO, 19/03/2024, PROTOCOLO: 4158
REGISTRO Nº: 589
EMDL: R\$138,88 TFC: R\$34,83 FUNC: R\$16,11 FSE: R\$2,67 ISS: R\$4,16
TOTAL: R\$196,55

[Handwritten signature of Tuanny Lima da Silva]
TUANNY LIMA DA SILVA - OFICIAL INTERNA
PORTARIA Nº 495/2024 PRESIDENCIA DF ARAGUAINA



CARTÓRIO DE ARAGOMINAS
Rachel Barbosa Lopes Cavalcante Tiviss - Delegataria
Rua São Paulo, n. 44, centro, Aragominas - TO CEP 77845-000
registroccuaragominas@hotmail.com (031) 3445-2014-6866

AUTENTICAÇÃO
Nº SELO: 127688AAA082880-KSK
CONSULTE EM: [HTTPS://GISE.TJTO.JUS.BR/GISEQR?](https://gise.tjto.jus.br/giseqr?C=127688AAA082880&V=KSK)
C=127688AAA082880&V=KSK
CONFERE COM A ORIGINAL A MIN APRESENTADO E DOU FA AUTENTICANDO-
NOS TERMOS DO ART 7º "V" DA LEI 8939/94. ARAGOMINAS-TO, 14/03/2024
EMDL: R\$3,37 TFC: R\$0,92 FUNC: R\$0,68 ISS: R\$0,10 TOTAL: R\$5,04

[Handwritten signature of Ana Alini Santos Silva]
ANA ALINI SANTOS SILVA - ESCRIVENTA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

DIRLEG-AL
Fls. 26
[Assinatura]

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 55.540.251/0001-50 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/03/2024	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE ATLETAS E DESPORTISTAS DE ARAGOMINAS TOCANTINS					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO R ROSALANDIA		NÚMERO 016		COMPLEMENTO *****	
CEP 77.845-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ARAGOMINAS		UF TO	
ENDEREÇO ELETRÔNICO ASSOCIACAO.ATLETASARAGOMINAS@GMAIL.COM		TELEFONE (63) 9910-3476/ (63) 9222-3778			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/03/2024	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

provado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

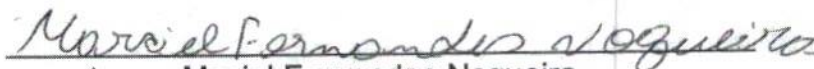
emitido no dia 18/08/2025 às 09:24:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que a **ASSOCIAÇÃO DE ATLESTAS DESPORTISTA DE ARAGOMINAS TOCANTINS – AADAT**, com sede na Rua Rosalândia nº 016, Centro, Zona Urbana de Aragominas Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ: 55.540.251/0001-50, é uma entidade sem Fins Lucrativos e está em pleno e regular funcionamento desde 19 de março de 2024, mantendo suas atividades e cumprindo suas finalidades estatutárias. Declaro também, que referida associação serve desinteressadamente à coletividade. Sem mais, coloco-me à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aragominas - TO, aos 14 dias do mês de agosto do ano de 2025.



Maciel Fernandes Nogueira
Vereador de Aragominas Tocantins

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DE ATLETAS E
DESPORTISTAS DE ARAGOMINAS - TO.**



Aos vinte dias do mês junho do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se em Assembleia Geral, a diretoria e membros relacionados em lista em anexo, na sede da Associação de Atletas e Desportistas de Aragominas Estado do Tocantins, situada a rua Rosalanda, nº 16, centro, cidade de Aragominas Tocantins. Com a finalidade de eleição para os seguintes cargos: **VICE-PRESIDENTE, SEGUNDO SECRETÁRIO, E SEGUNDO TESOUREIRO**. Sendo assim Assembleia Geral foi presidida pelo Srº. José Mendes de Paula. Onde o mesmo agradeceu a presença de todos, e passou a oportunidade para o primeiro secretário realizar a leitura do Edital de Convocação. Após a leitura do mesmo, o senhor Presidente, ressaltou a importância dessa Assembleia para a eleição dos cargos acima mencionado, pois os mesmos encontram-se vagos devido a desistências dos membros os quais os ocupavam. Onde na oportunidade foi apresentado os seguintes nomes para os cargos: **VICE PRESIDENTE: Vinicius Sousa de Alencar. SEGUNDO SECRETARIO: Samuel dos Santos Pimentel. SEGUNDA TESOUREIRA: Maysa Izainny Gomes de Miranda**. Após colocar os referidos nomes em votação os mesmos foram aprovados por Unanimidade e consequentemente foram empossados pelo senhor Presidente. O primeiro secretário fez a leitura dos nomes das pessoas que compõe a diretoria, ficando da seguinte forma: **PRESIDENTE: José Mendes de Paula**, inscrito no CPF: 011.185.207-26, carteira de identidade: 08481234-6 IFP, brasileiro, divorciado, Técnico em Vulcanização, residente e domiciliado na rua Rosalandia nº 16, centro, cidade Aragominas Estado do Tocantins, natural de Magé Estado de Rio de Janeiro. **VICE PRESIDENTE: Vinicius Sousa de Alencar**, inscrito no CPF: 060.152.731-35, documento de identidade: 736062 II/TO, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua do Cruzeiro, S/N, setor cruzeiro, cidade Aragominas Estado do Tocantins, natural de Araguaína Tocantins. **PRIMEIRO SECRETARIO: Antônio Francisco Alves de Amorim**, inscrito no CPF: 088.913.391-30, documento de identidade: 1784119 SSP/TO, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na Rua Ary Valadão, Nº 230, centro, cidade Aragominas Estado do Tocantins, natural de Aragominas Tocantins. **SEGUNDO SECRETARIO: Samuel dos Santos Pimentel**, inscrito no CPF: 089.018.391-05, documento de identidade 0575170620153 SSP/MA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado rua Tocantins nº 69, centro, cidade Aragominas Estado do Tocantins, natural de Buriti Bravo -MA. **PRIMEIRA TESOUREIRA: Debora Gomes Lima**, inscrita no CPF: 055.548.631-16, documento de identidade 130 1226 SSP/TO, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Rosalandia, S/N, centro Aragominas Estado do Tocantins, natural de Aragominas Tocantins. **SEGUNDA TESOUREIRA: Maysa Izainny Gomes de Miranda**, inscrita no CPF: 028.930.071-12, documento de identidade 1.489.969 SSP/TO, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliado na Rua Rosalandia, S/N, centro, Aragominas Estado do Tocantins, natural de Xambioá-TO. Após a leitura da composição da Diretoria da Associação de Atletas e Desportistas de Aragominas - TO. Foi colocado em aprovação e por unanimidade foi aprovado e consequentemente o senhor presidente ressaltou que todos foram empossados para a função dos seus cargos conforme consta em Estatuto. Desta feita o senhor Presidente, agradeceu a presença de todos e encerrou a presente Assembleia Geral. Eu Antonio Francisco Alves de Amorim

[illegible]

Primeiro Secretário lavrei a presente Ata que foi assinada por mim e pelos presentes



Jose Mendes de Paula
PRESIDENTE: SRº JOSÉ MENDES DE PAULA

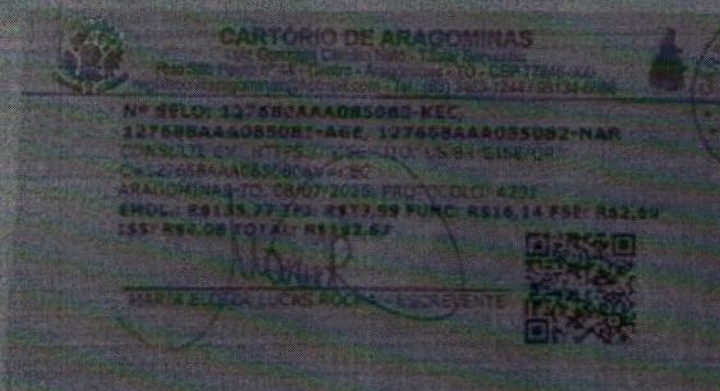
Vinicius Sousa de Alencar
VICE-PRESIDENTE: VINICIUS SOUSA DE ALENCAR

Antonio Francisco Alves de Amorim
PRIMEIRO SECRETARIO: ANTONIO FRANCISCO ALVES DE AMORIM

Samuel dos Santos Pimentel
SEGUNDO SECRETARIO: SAMUEL DOS SANTOS PIMENTEL

Debora Gomes Lima
PRIMEIRA TESOUREIRA: DEBORA GOMES LIMA

Maysa Izainny Gomes de Miranda
SEGUNDO TESOUREIRO: MAYSA IZAINNY GOMES DE MIRANDA





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

48598231/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

JOSE MENDES DE PAULA

OU

CPF n. 011.185.207-26

Certidão emitida em 29/05/2025, às 13:21:48 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 29/05/2025, às 10:11:44.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 48598231

Código de Validação: BD4D E599 72C6 6651 C5B4 9F21 FD72 4955

Data da Atualização: 29/05/2025, às 10:11:44





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**

DIRLEG-AL
Fls. 32
[Assinatura]

**1ª INSTÂNCIA
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 0d7a6e1f

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

JOSÉ MENDES DE PAULA

CPF n. 011.185.207-26

Certidão emitida em: 18/08/2025, às 09:43:14 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 18/08/2025, 09:43:15



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: JOSE MENDES DE PAULA
CPF: 011.185.207-26

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:24:41 do dia 29/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/11/2025.

Código de controle da certidão: **9F93.692C.1122.2B90**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA**

DIRLEG-AL

Número da Certidão

6969576



Validador

03943540323065143960859793804

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME:

CPF: 011.185.207-26

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 18 de Agosto de 2025 - 09h 44m 33s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS - TO

PREF. MUNIC. DE ARAGOMINAS - TO

AVENIDA MARINÓPOLIS, 44 - CENTRO - ARAGOMINAS

CNPJ: 25.063.884/0001-54

CERTIDÃO

CERTIDÃO NEGATIVA



Código de Cadastro

000003073

Contribuinte

JOSE MENDES DE PAULA

Logradouro

RUA ROSALANDIA

Bairro

CENTRO

Cidade

ARAGOMINAS

CPF/CNPJ

011.185.207-26

Número

Complemento

S/N

CEP

77845000

UF

TO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

CND

Emitida às 09:39:34 do dia 30/05/2025

Válida até 28/08/2025

Código de Controle da Certidão/Número 0588BC43BF782C74

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

50625306/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

VINICIUS SOUSA DE ALENCAR

OU

CPF n. 060.152.731-35

Certidão emitida em 04/08/2025, às 09:40:04 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

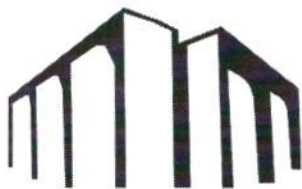
- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 04/08/2025, às 08:01:30.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 50625306

Código de Validação: 230C F921 332A 3BFC 9532 5B22 7BCC DC74

Data da Atualização: 04/08/2025, às 08:01:30





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



1ª INSTÂNCIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 5125699b

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

VINICIUS SOUSA DE ALENCAR

CPF n. 060.152.731-35

Certidão emitida em: 04/08/2025, às 09:44:11 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 04/08/2025, 09:44:12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VINICIUS SOUSA DE ALENCAR
CPF: 060.152.731-35

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:12:23 do dia 03/06/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/11/2025.

Código de controle da certidão: **1BCA.2271.F65F.B4FF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

DIRLEG-A1

Número da Certidão

6921194



Validador

55224940594367685683578069955

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME:

CPF: 060.152.731-35

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 4 de Agosto de 2025 - 09h 50m 05s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS - TO

PREF. MUNIC. DE ARAGOMINAS - TO

AVENIDA MARINÓPOLIS, 44 - CENTRO - ARAGOMINAS

CNPJ: 25.063.884/0001-54

CERTIDÃO

CERTIDÃO NEGATIVA



Código de Cadastro

000003757

Contribuinte

VINICIOS SOUSA DE ALENCAR

Logradouro

RUA SAO FRANCISCO

Bairro

CENTRO

Cidade

ARAGOMINAS

CPF/CNPJ

060.152.731-35

Número

Complemento

SN

CEP

77845000

UF

TO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

CND

Emitida às 10:51:00 do dia 04/08/2025

Válida até 02/11/2025

Código de Controle da Certidão/Número C7DF7447AAFEC9D1

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

48598802/2025



CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

ANTONIO FRANCISCO ALVES DE AMORIM

OU

CPF n. 088.913.391-30

Certidão emitida em 29/05/2025, às 13:33:12 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 29/05/2025, às 10:11:44.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 48598802

Código de Validação: 59D1 7DEF 8EF1 18C4 7C21 546F 61E5 8B44

Data da Atualização: 29/05/2025, às 10:11:44





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



1ª INSTÂNCIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 306cde95

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

ANTÔNIO FRANCISCO ALVES DE AMORIM

CPF n. 088.913.391-30

Certidão emitida em: 18/08/2025, às 09:50:58 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 18/08/2025, 09:50:58



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ANTONIO FRANCISCO ALVES DE AMORIM
CPF: 088.913.391-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:45:04 do dia 29/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/11/2025.

Código de controle da certidão: **C572.C45B.55BA.9B00**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

DIRLEG-AL
Fls. 44
Número da Certidão

6969679



Validador

60998438626010870668066875078

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME:

CPF: 088.913.391-30

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 18 de Agosto de 2025 - 09h 53m 11s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS - TO

PREF. MUNIC. DE ARAGOMINAS - TO

AVENIDA MARINÓPOLIS, 44 - CENTRO - ARAGOMINAS

CNPJ: 25.063.884/0001-54



CERTIDÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

Código de Cadastro

000004821

Contribuinte

ANTONIO FRANCISCO ALVES DE AMORIM

Logradouro

RUA ARY VALADAO

Bairro

CENTRO

Cidade

ARAGOMINAS

CPF/CNPJ

088.913.391-30

Número

Complemento

CEP

77845000

UF

TO

CND

Emitida às 09:03:55 do dia 02/06/2025

Válida até 31/08/2025

Código de Controle da Certidão/Número 4136E8205789F347

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

50625442/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

SAMUEL DOS SANTOS PIMENTEL

OU

CPF n. 089.018.391-05

Certidão emitida em 04/08/2025, às 09:42:13 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

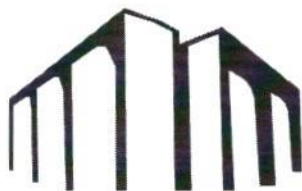
- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 04/08/2025, às 08:01:30.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 50625442

Código de Validação: 61C1 926F 5709 9AA1 F500 18CE 0F87 2DBA

Data da Atualização: 04/08/2025, às 08:01:30





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



1ª INSTÂNCIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 3cb4cfc5

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

SAMUEL DOS SANTOS PIMENTEL

CPF n. 089.018.391-05

Certidão emitida em: 04/08/2025, às 09:47:11 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 04/08/2025, 09:47:12



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

DIRLEG-AL

Número da Certidão

6921198



Validador

00455106040930666039594179690

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME:

CPF: 089.018.391-05

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 4 de Agosto de 2025 - 09h 50m 34s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SAMUEL DOS SANTOS PIMENTEL
CPF: 089.018.391-05

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:44:45 do dia 23/06/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 20/12/2025.

Código de controle da certidão: **E31E.36F0.5E39.28DA**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS - TO

PREF. MUNIC. DE ARAGOMINAS - TO

AVENIDA MARINÓPOLIS, 44 - CENTRO - ARAGOMINAS

CNPJ: 25.063.884/0001-54

CERTIDÃO

CERTIDÃO NEGATIVA



Código de Cadastro

000004852

Contribuinte

SAMUEL DOS SANTOS PIMENTEL

Logradouro

RUA TOCANTINS

Bairro

CENTRO

Cidade

ARAGOMINAS

CPF/CNPJ

089.018.391-05

Número

Complemento

CEP

77845000

UF

TO

CND

Emitida às 11:34:22 do dia 04/08/2025

Válida até 02/11/2025

Código de Controle da Certidão/Número 0BD4F9A65A097732

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL**

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

48599068/2025



CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

DEBORA GOMES LIMA

OU

CPF n. 055.548.631-16

Certidão emitida em 29/05/2025, às 13:38:19 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 29/05/2025, às 10:11:44.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 48599068

Código de Validação: FD46 0462 F0F7 3FC3 96B7 64A8 9EF8 46ED

Data da Atualização: 29/05/2025, às 10:11:44





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



**1ª INSTÂNCIA
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 7bd4b334

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

DÉBORA GOMES LIMA

CPF n. 055.548.631-16

Certidão emitida em: 04/08/2025, às 11:28:11 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento n.º 11/2019, Portaria n.º 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento n.º 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 04/08/2025, 11:28:11



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DEBORA GOMES LIMA
CPF: 055.548.631-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:39:22 do dia 29/05/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/11/2025.

Código de controle da certidão: **91D6.5F46.56A4.D72B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA**

Número da Certidão

6969698



Validador

07003975967350398850455105821

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME:

CPF: 055.548.631-16

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 18 de Agosto de 2025 - 09h 55m 03s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS - TO

PREF. MUNIC. DE ARAGOMINAS - TO

AVENIDA MARINÓPOLIS, 44 - CENTRO - ARAGOMINAS

CNPJ: 25.063.884/0001-54



CERTIDÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

Código de Cadastro

000004819

Contribuinte

DEBORA GOMES LIMA

Logradouro

RUA ROSALANDIA

Bairro

CENTRO

Cidade

ARAGOMINAS

CPF/CNPJ

055.548.631-16

Número

Complemento

CEP

77845000

UF

TO

CND

Emitida às 08:56:46 do dia 02/06/2025

Válida até 31/08/2025

Código de Controle da Certidão/Número 8AA8E73CCC797764

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

50625467/2025

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

MAYSA IZAINNY GOMES DE MIRANDA

OU

CPF n. 028.930.071-12

Certidão emitida em 04/08/2025, às 09:42:41 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 04/08/2025, às 08:01:30.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 50625467

Código de Validação: 4AF6 339D 9685 6EFF ABC5 9260 2D55 E48F

Data da Atualização: 04/08/2025, às 08:01:30





**PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**



1ª INSTÂNCIA

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 2269a534

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

MAYSA IZAINNY GOMES DE MIRANDA

CPF n. 028.930.071-12

Certidão emitida em: 04/08/2025, às 10:32:52 (data e hora de Brasília)

Observações:

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 04/08/2025, 10:32:52



**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA**

DIRLEG-AL

Número da Certidão

6921201



Validador

73659799054329964757046068527

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME:

CPF: 028.930.071-12

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:

CADASTRO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Segunda-feira, 4 de Agosto de 2025 - 09h 50m 55s

Emitida Via INTERNET

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MAYSA IZAINNY GOMES DE MIRANDA
CPF: 028.930.071-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:15:04 do dia 03/06/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/11/2025.

Código de controle da certidão: **42C0.D930.8123.30BC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS - TO

PREF. MUNIC. DE ARAGOMINAS - TO

AVENIDA MARINÓPOLIS, 44 - CENTRO - ARAGOMINAS

CNPJ: 25.063.884/0001-54

CERTIDÃO

CERTIDÃO NEGATIVA



Código de Cadastro

000004851

Contribuinte

MAYSA IZAINNY GOMES DE MIRANDA

Logradouro

RUA ROSALANDIA

Bairro

CENTRO

Cidade

ARAGOMINAS

CPF/CNPJ

028.930.071-12

Número

Complemento

CEP

77845000

UF

TO

CND

Emitida às 11:28:06 do dia 04/08/2025

Válida até 02/11/2025

Código de Controle da Certidão/Número B5A1BC9A00DCF98A

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.